

2025 PEREGRINAÇÃO JUBILAR

«Nos Passos do apóstolo São Paulo»

Estamos já a metade da disponibilidade máxima de lugares para participação nesta ocasião única de conhecermos as raízes da nossa identidade cristã e também europeia, ao caminhar sobre os passos de São Paulo, o grande apóstolo que levou o Evangelho ao mundo, para lá das fronteiras de Israel. A pré-inscrição permite-nos programar em mais detalhe as condições da nossa peregrinação. Mais informações na folha do Domingo 7 de abril (cor rosa). *“Porque, se eu anuncio o Evangelho, não é para mim motivo de glória, é antes uma obrigação que me foi imposta: ai de mim, se eu não evangelizar!” (São Paulo, 1ª carta aos coríntios 9, 16)*



4ª f. 19 a 5ª f. 25 fevereiro



MÊS DE MAIO, MÊS DE MARIA. A PAZ, O DOM PASCAL DO RESSUSCITADO.



Não falta muito para iniciarmos o mês dedicado à oração mais intensa a Nossa Senhora, Mãe do Senhor e da Igreja, nossa Mãe. **Convertamos o coração à importância da oração para a nossa conversão e salvação, bem como do mundo.** A recitação do terço em comunidade e família leva-nos a obter a paz. Não só toda a Palavra de Deus nos promete isso, como Nossa Senhora também o disse claramente aos Pastorinhos na 1ª aparição a 13 de maio de 1917: **“Rezai o terço todos os dias para que o mundo obtenha a paz e o fim da guerra”.**

Hoje a guerra são outras e são várias. Mais do que nunca, o mundo está à beira duma 3ª Guerra Mundial. Andar preocupado (ou nem isso!) e nada fazer revela um desprezo imenso por Deus. Disse-nos o Papa há dias: **«Acompanho com a oração e com preocupação, e até com tristeza, as notícias que me chegaram nas últimas horas sobre o agravamento da situação em Israel por causa da intervenção do Irão. Faço um apelo sincero para que se ponha termo a qualquer acção que possa alimentar uma espiral de violência com o risco de arrastar o Médio Oriente para um conflito bélico ainda maior. Ninguém deve ameaçar a existência de outrem. Em vez disso, todas as nações se declarem da parte da paz e ajudem os israelitas e os palestinianos a viver em dois Estados, lado a lado, em segurança. É o seu desejo profundo e legítimo, e é o seu direito! Dois Estados vizinhos. Que haja em breve um cessar-fogo em Gaza e que as vias de negociação sejam percorridas com determinação. Ajudem essa população, mergulhada numa catástrofe humanitária, sejam imediatamente libertos os reféns raptados há meses! Tanto sofrimento! Rezemos pela paz. Não à guerra, não aos ataques, não à violência! Sim ao diálogo e sim à paz!»** (Regina Coeli, Domingo 14 de abril de 2024)

A recusa ostensiva de muitos que se dizem cristãos em rezar juntos e unidos, nas oportunidades que se oferecem como mais fáceis, é revoltante e dum desprezo inaceitável para com os apelos do Senhor. Condenar-se à morte espiritual (e ao inferno?) por preguiça ou má-vontade e não rezar mais e melhor, é uma dor de alma insuportável para quem sabe e sente que rezar não é perder tempo.



SANCTUAIRE N.D. DE FATIMA-MARIE MEDIATRICE

48 bis boulevard Sérurier - 75019 PARIS | 01.40.40.22.32

www.sanctuairefatima.fr | FB: sanctuaire.nd.fatima.paris

recteur@sanctuairefatima.fr | Année XXXIV - nº 9 (1425)

– FEUILLE D'INFO EN FR / PT – 21/04/2024

VIVER E NÃO APENAS SOBREVIVER

«*Eu sou o Bom Pastor. O bom pastor dá a vida pelas suas ovelhas*», afirma Jesus no Evangelho deste 4º domingo da Páscoa, chamado do Bom Pastor. Jesus não deu apenas a vida por nós, como um bombeiro, um nadador-salvador ou um polícia e tantos outros que morrem para salvar alguém. **Ele dá-nos também a Sua vida: vivemos d'Ele e n'Ele, uma vida divina.** Lembremos o ensinamento do Papa Francisco: *«Todos nós queremos ter a vida, mas há várias maneiras de o fazer. Por exemplo, há quem reduza a existência a uma corrida frenética para gozar e possuir muitas coisas: comer e beber, divertir-se, acumular dinheiro e coisas, experimentar emoções fortes e novas, etc. É um caminho que, à primeira vista, parece agradável, mas que não sacia o coração. Não é assim que se tem a vida», porque seguir os caminhos do prazer e do poder não conduz à felicidade. Muitos aspetos da existência permanecem sem resposta, como o amor, as experiências inevitáveis da dor, a limitação e a morte. E depois fica por realizar o sonho que nos une a todos: a esperança de viver para sempre, de ser amados sem fim. O Evangelho de hoje diz que esta plenitude de vida, a que cada um de nós é chamado, se realiza em Jesus: é Ele que nos dá a plenitude da vida. Mas como aceder a ela, como experimentá-la?»* Jesus quer que vivamos e não apenas que sobrevivamos.

Como? Não é segredo para ninguém: pela oração diária e sincera, pela Missa dominical e nos dias santos, pela confissão sacramental, pelo matrimónio vivido na dedicação, na fidelidade e no serviço ao esposo ou à esposa e aos filhos; na contribuição para o bem comum num grupo de serviço e numa esmola para a sobrevivência da comunidade; pela ajuda dada aos pobres; pela promoção da paz, da reconciliação e da unidade onde quer que estejamos; no perdão aos que nos magoam e ofendem (pois é, não há como apagar esta exigência do Evangelho), etc. Como reparou, caro leitor e irmão/ã, ter a vida é dá-la. Dar a vida divina que recebemos, amando, pensando, falando e agindo como Jesus.

«*Eu sou o Bom Pastor: conheço as minhas ovelhas, e as minhas ovelhas conhecem-me, do mesmo modo que o Pai Me conhece e Eu conheço o Pai.*» Na bíblia, conhecer quer também dizer amar intimamente, numa comunhão profunda de amor e vida. Por isso, o termo conhecer – quando aplicado ao casal – exprime também o acto unitivo de dois que se tornam uma só carne. Jesus diz-nos, portanto, que esta união entre nós e com Ele, se assemelha em tudo à união d'Ele com o Pai, na comunhão do Espírito Santo. Passamos tempo de mais a desfazer a nossa semelhança com Cristo, Filho de Deus feito Homem para fazer de nós, homens e mulheres iguais a Ele. Incomoda-nos este apelo à perfeição? Ou recusá-la, facilita-nos a vida diária e permite-nos fazer *“n'importe quoi”*?

Com amizade no Senhor, rezo por vós. Rezai por mim.

P. Nuno

NOTA PASTORAL NA COMEMORAÇÃO DOS CINQUENTA ANOS DO “25 DE ABRIL”

1. Na comemoração do cinquentenário da Revolução de 25 de Abril de 1974 cabe aos Bispos de Portugal uma palavra que, sendo de congratulação, também seja de reflexão e revisão do caminho percorrido pela sociedade portuguesa, de que a Igreja faz parte.

Saudando todos quantos bem serviram e servem o país no sustento da democracia política e no desenvolvimento social e solidário, será também oportuno lembrar o que a Conferência Episcopal Portuguesa publicou em duas cartas pastorais de antes e depois da data que comemoramos. É o que fazemos aqui com brevidade, por ser um método simples e concreto de vermos o que se propôs, o que se conseguiu e o que falta.

2. Primeiramente a *Carta Pastoral no décimo aniversário da “Pacem in Terris”*, de 4 de maio de 1973, aplicando a Portugal os tópicos fundamentais da encíclica que S. João XXIII dedicada ao tema dos direitos humanos e da reta organização da vida social.

Não ignorando o que se fizera para dotar o país de mais riqueza, cultura, previdência e assistência, os Bispos acrescentavam palavras que cabe reproduzir, dada a precisão do diagnóstico, quase um ano antes do “25 de Abril”: *«Não podemos descansar enquanto a expansão económica favorecer desmedidamente alguns, sem proporcionar a todos os cidadãos a parte equitativa que lhes cabe na produção e distribuição dos bens. Não poderemos deter-nos, no caminho do progresso, enquanto a agricultura continuar a ser um setor deprimido no confronto com a indústria e os serviços, enquanto as possibilidades de acesso à educação e à cultura não estiverem generalizadas a todos os portugueses, enquanto houver quem se sintam indefeso perante a doença e a velhice, enquanto os verdadeiros padrões de vida moral e cívica não impregnarem a sociedade inteira e lhe constituírem a autêntica armadura defensiva».*

Uma “armadura defensiva” que requeria, segundo os Bispos, a maior participação de todos, incluindo pluralismo político, eleições livres, meios de comunicação igualmente livres e responsáveis e processos ética e juridicamente irrepreensíveis de manter a segurança.

Diretrizes assim prepararam certamente quem as recebeu para a situação que adviria um ano depois graças ao Movimento das Forças Armadas, cujo programa coincidia em boa parte com os referidos pontos da Carta Pastoral. Aliás, o “25 de Abril” traduzia também a vontade de terminar com a guerra ultramarina, cada vez mais insuportável para a população em geral e contestada por muitos católicos politicamente ativos.

3. Mais desenvolvida foi a *Carta Pastoral sobre o contributo dos cristãos para a vida social e política*, de 16 de julho de 1974. (...) Aludindo ao fim de dois períodos históricos, a saber, o do anterior regime e o do império ultramarino, com o que tal exigia de redefinição nacional. Referiam depois “claros e escuros” no que se passara desde [o 25 de] abril, com a exaltação das liberdades cívicas e o fim do isolamento internacional que sofríamos; e também com excessos que os Bispos reprovavam, mas não queriam sobrevalorizar por surgirem em fases de grande mutação social, a superar depois.

O documento episcopal apresentava igualmente o “conceito cristão de democracia”, que «parte da ideia do homem como pessoa, livre e

responsável com destino próprio e transcendente, mas essencialmente solidário com os outros homens». Daqui que devesse ser respeitado nas suas agregações naturais ou solidárias, a começar pela família, sendo apoiado e não substituído pelo Estado, servidor do bem comum de todos.

Prosseguindo com as opções partidárias e esclarecendo as diferentes ideias que as suportavam, os Bispos concluíam com um apelo veemente à participação dos católicos na vida nacional a refazer: *«Apelamos, pois, para a presença ativa dos católicos, ao lado de todos os homens de boa vontade, nas primeiras linhas da luta pelo Portugal de amanhã: nos partidos, sim, mas também nos sindicatos, nos meios de comunicação social, nos centros de cultura, etc.».*

4. Passado meio século, podemos e devemos reconhecer tudo quanto se conseguiu de positivo no Portugal democrático (...). Estabilizada a situação no novo quadro constitucional, muito se conseguiu para responder a várias necessidades da altura ou depois surgidas e muita participação houve também por parte de católicos politicamente comprometidos e de instituições de solidariedade social ligadas à Igreja.

Este mesmo impulso solidário, que ganhámos em cinquenta anos de vida democrática, é o que nos levará a todos, cidadãos dum país entretanto enriquecido com populações advindas doutros espaços e culturas, a atingir novas metas nos campos da família, da habitação e do trabalho, da educação e da saúde e de tudo o que garanta uma vida digna a quantos somos hoje e seremos amanhã. Vida devidamente respeitada e acompanhada em todas as suas fases e circunstâncias, da conceção à morte natural.

Retomemos as intenções dos autores do “25 de Abril”, no sentido da democratização do país, do fim da guerra e do desenvolvimento geral. Intenções que nos continuam a reclamar nos dias de hoje.

No que à democracia diz respeito, necessário é que ela conte com a liberdade e a responsabilidade dos cidadãos, devidamente respeitados e estimulados para o incremento do bem comum. Tal apenas se consegue quando da família à escola e à vida social aprendamos a concertar a legítima diversidade de opiniões com a finalidade comum do bem de todos.

No que à paz diz respeito, lembremos que ela é fruto da justiça, dando a cada um o que lhe é devido para viver e conviver dignamente. Isto mesmo a nível pessoal e também de grupos sociais, étnicos ou povos, todos com direito à respetiva identidade e autonomia.

Quanto ao desenvolvimento, lembremos que ele se ativa em cada pessoa, respeitada e atendida no que requer para ser livre, criativa e responsável nas diversas projeções do seu ser. Esta finalidade do desenvolvimento de todos e de cada um constitui o verdadeiro objetivo da ação política e não pode garantir-se quando ela encubra ambições de entidades ou grupos, económicos ou ideológicos, nacionais ou internacionais que sejam.

Neste momento comemorativo do “25 de Abril” também os quatro princípios permanentes da Doutrina Social da Igreja – dignidade da pessoa humana, bem comum, subsidiariedade e solidariedade – nos levarão a prosseguir na via então aberta.

Fátima, 11 de abril de 2024